

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Declaração Anual do Contador Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas 4º Trimestre de 2023

I - DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2023 da Universidade Federal de Santa Catarina.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2023, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

- *Falta de conciliação bancária*
- *Falta de remessa de mapa gerencial da dívida ativa*
- *Falta ou atraso de remessa de RMA ou RMB*
- *Apropriação de despesas fora do período de competência*
- *Receitas registradas fora do período de competência*
- *Falta/restrição da conformidade de registro de gestão*
- *Falta atualização da dívida ativa e respectivas provisões*
- *Falta de avaliação de bens móveis/imóveis/intangíveis/outros*
- *Saldo de bens móveis não confere com RMB*
- *Falta/evolução incompatível de amortização do ativo intangível*
- *Saldo alongado/indevido em contas de controle*
- *Saldo alongado/indevido em contas transitórias do passivo circulante*
- *Falta registro conformidade contábil (HU)*
- *Falta de reconhecimento de bens imóveis*

Florianópolis, 26 de janeiro de 2024.

Neuton Alcedir de Lima Amaral
CRC/SC nº 025304/O-3

1 – Apresentação

A Universidade Federal de Santa Catarina é uma Autarquia Federal, com sede em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, fundada em 18 de dezembro de 1960, com o objetivo de promover o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma história de mais de 60 anos, a UFSC tem a “missão de produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico” e, para tanto, oferece diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Possui cinco campi: Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Florianópolis e Joinville. Os do interior foram instituídos em 2009 com recursos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), do Ministério da Educação (MEC), em um processo de expansão da Universidade para outras regiões em Santa Catarina. Exceto Blumenau, que foi criado em 2013.

Cerca de 50 mil pessoas circulam diariamente em seus espaços, entre professores, técnicos administrativos em Educação, alunos de todos os níveis de ensino e comunidade externa. Segundo dados da Secretaria de Planejamento e Orçamento, em 2021 a UFSC contava com 5.660 servidores (2.654 docentes e 3.006 técnico-administrativos em Educação); 1.087 alunos da educação básica; 31.898 matriculados em 119 cursos de graduação (107 presenciais e 12 a distância); 8.246 estudantes nos cursos *stricto sensu* (19 mestrados profissionais, 69 mestrados acadêmicos e 59 doutorados); e 2.938 matriculados em seis especializações. Na última avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduações, realizada pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes), foram conceituados com notas 6 e 7 – as mais altas – 20 dos 71 programas avaliados, e 60,5% deles obtiveram nota igual ou superior a 5.

A UFSC possui 611 grupos de pesquisa, reunindo professores, técnicos e estudantes, que desenvolvem 3.555 projetos e publicam milhares de publicações em revistas científicas mundo afora. Tem destaque também a extensão, que atualmente realiza 23.901 iniciativas com impacto direto na sociedade. Além da expansão no próprio país, a UFSC tem se internacionalizado por meio da parceria com instituições de ensino de todo o mundo. Há, atualmente, 366 acordos de cooperação com instituições de todos os continentes.

Seu comprometimento com a excelência faz com que alcance altos níveis de qualificação, confirmados pelos últimos rankings nacionais e internacionais, como o da Times Higher Education (THE), que apontou que a UFSC é a sexta melhor universidade da América Latina e a quarta colocada entre as instituições brasileiras. Foram avaliadas 197 universidades de 13 países em 13 indicadores, que medem o desempenho de uma instituição em ensino, pesquisa, citações, transferência de conhecimento e perspectiva internacional.

De acordo com o Índice Geral de Cursos (IGC), divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2021, a UFSC é a quarta melhor universidade federal do país e a quinta no ranking geral. O IGC de 4,14 pontos, de cinco possíveis, coloca a instituição catarinense

entre as universidades consideradas de excelência pelo MEC. A UFSC é uma das 15 universidades brasileiras a atingir a faixa 5 do IGC¹.

2 – Base de preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com observância dos dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público em sua 9ª edição, as Instruções de Procedimentos Contábeis e demais disposições normativas vigentes.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras. Dessa forma, são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

3 – Resumo das políticas contábeis significativas aplicadas

Os critérios e política contábeis estão em consonância com as normas contábeis vigentes e são resumidas a seguir, por grupo de contas patrimoniais.

a) Caixa e equivalentes de caixa

São evidenciados, nesse grupo, depósitos bancários, aplicações de recursos da conta única do tesouro e limite de saque (valores da conta única disponíveis para pagamento, por meio de ordem bancária). Os valores são mensurados pelo custo, acrescidos de eventuais rendimentos de aplicação, quando em moeda nacional. Os valores em moeda estrangeira, se houver, são convertidos em moeda nacional, na data da publicação do balanço. Os rendimentos de valores aplicados são registrados em contas de resultado.

b) Demais créditos e valores a curto prazo

Representam os valores pagos a título de adiantamentos de salário, de férias e de gratificação natalina, bem como de eventuais rendimentos de aplicação em conta única já calculados, mas ainda não creditados. São avaliados pelo seu valor original, na data do pagamento, nos casos de adiantamentos, e com base no valor apurado no decêndio, no caso dos rendimentos de aplicação.

¹ Fonte: página institucional na internet.

c) Estoques

Os estoques são constituídos de materiais para diversas finalidades, como de expediente, de limpeza, produtos farmacêuticos e peças de reposição. Incluem também materiais para manutenção predial e gêneros de alimentação, no caso do restaurante universitário e do colégio de aplicação. São mensurados pelo custo de aquisição e movimentados pelo método do custo médio ponderado móvel. Os estoques obtidos a título gratuito, doações, são reconhecidos com base no valor justo.

d) Bens móveis

Compreende os bens que possuem existência física e que podem ser transportados por movimento próprio ou por força alheia, sem alteração de substância ou de destinação econômico-social. Esse grupo é composto por mobiliário, equipamentos de laboratório e hospitalar, equipamentos de processamento de dados e de tecnologia da informação, veículos de tração mecânica, embarcações, instrumentos musicais, equipamentos de orientação e de medição, entre outros. São avaliados ao custo de aquisição, incluindo tributos, fretes, seguros, custo de instalação e de treinamento, bem como eventuais gastos com desembaraço aduaneiro. Quando da incorporação de bens oriundos do exterior, os custos de aquisição são convertidos pela taxa de câmbio aplicável a cada gasto, tal como taxa de fechamento da operação de câmbio. Bens obtidos a título gratuito são reconhecidos com base no valor justo.

Importante ressaltar que os saldos das contas contábeis de bens móveis, no SIAFI, não estão conciliados com os saldos do sistema de patrimônio. Isso porque o setor de patrimônio não tem encaminhado o RMB, ao final de cada mês, devido a falhas e inconsistências no sistema de patrimônio. Houve a migração de dados do sistema antigo de controle patrimonial para o atual em 2010, mas, na época, não foram comparados os saldos dos dois sistemas, porque o antigo não dispunha de relatórios. Foi criada uma comissão multissetorial, em 2015, para tentar resolver as pendências do sistema e viabilizar o RMB, além da depreciação, mas a rotina foi interrompida logo no segundo mês de 2015, porque as divergências entre o RMB e a movimentação das contas no SIAFI, e mesmo as movimentações no próprio sistema de patrimônio, não conseguiram ser explicadas pelo setor de patrimônio, nem pelo setor de tecnologia da informação. Esse assunto será retomado e melhor explicado no item g).

e) Bens imóveis

São evidenciados, nesse grupo, os bens de uso especial, destinados e utilizados nas prestações de serviços públicos pela instituição, tais como terrenos, edificações, parques, fazendas, museus, entre outros. São mensurados, inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, suas bases podem ser atualizadas seguindo os critérios estabelecidos pela Secretaria do Patrimônio da União – SPU, que, segundo o §2º do art. 4º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, “poderão ser processadas mediante: I - indicadores monetários definidos pela Secretaria de Patrimônio da União; II - variação do CUB, ao valor cadastrado referente as benfeitorias; III - variação do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU - fornecidos pelos municípios; ou IV - variação do valor da terra nua fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, pelas Entidades Executoras do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, ou outro órgão que disponibilize tais informações”.

f) Intangível

Composto por licenças de softwares, na sua maioria, o grupo intangível é mensurado com base no valor original, incluindo o custo do principal e demais gastos necessários para que o ativo possa ser utilizado, conforme pretendido pela instituição. Em geral, os intangíveis são obtidos em transações com contraprestação, mas se ocorrer incorporação de um ativo intangível sem contraprestação, a base de mensuração deve ser pelo valor justo.

g) Depreciação, amortização e exaustão

A depreciação dos bens imóveis é determinada na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023 e segue o Método da Parábola de Kuentzle, conforme equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Segundo o § 5º do art. 11 dessa Portaria, “para fins da depreciação, a vida útil será definida pela SPU, disponível no sítio eletrônico <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transparencia/dados-abertos/depreciacao-de-imoveis>>”.

A Portaria também determina que, até que sejam desenvolvidas funcionalidades sistêmicas relativas à depreciação e atualização automática dos imóveis da União, devem ser repassadas, mensalmente, por parte da SPU, as estimativas de depreciação dos bens imóveis de uso especial, por RIP e Unidade Gestora, à STN, para que realize a contabilização da depreciação.

Já a depreciação de bens móveis, segue os critérios estabelecidos na macrofunção SIAFI 020330, de acordo com a tabela de vida útil e de valor residual, item 6.3 da macrofunção, para conta contábil. Os bens são depreciados a partir do mês seguinte ao da incorporação e a depreciação mensal de cada bem passa a compor o total a depreciar, até que o valor bruto, deduzido da depreciação acumulada, seja igual ao valor residual.

Vale ressaltar que a rotina de depreciação de bens móveis foi iniciada em 2015, somente para os bens incorporados a partir de 2010 (os anteriores deveriam passar por reavaliação, antes de serem depreciados), mas foi logo em seguida interrompida. Na época, foi criada uma comissão multissetorial, a fim de identificar as condições do sistema e do controle patrimonial e sugerir a forma de implantação da rotina. Detectou-se que o sistema de controle patrimonial apresentava inconsistências nos valores pelos quais bens anteriormente registrados em outro sistema foram migrados, em 2010, para o atual. A comissão atuou junto ao setor de tecnologia da informação para tentar mitigar essas inconsistências, mas não foi possível atestar a eficácia dessa resolução, uma vez que o sistema antigo não dispunha de relatórios, para se comparar com os do sistema atual, considerando-se, ainda, que existiam duas bases no sistema anterior, que foram

mescladas. Além disso, os saldos do SIAFI não estavam conciliados com os dos sistemas de patrimônio, pois a rotina de envio de RMB, como informado no item d), não estava implementada, o que agravava a dificuldade em comparar saldos.

Apesar disso, e considerando que a contabilidade deve registrar um fato, mesmo que haja razoável certeza de sua ocorrência, foi iniciado o lançamento da depreciação, em janeiro de 2015. Considerou-se, na época, e com base nos achados da Comissão, que a base para cálculo da depreciação mais adequada era aquela constante no sistema de patrimônio atual, já que seriam depreciados apenas os bens incorporados a partir de 2010, já no novo sistema. Assim, mesmo que os valores do sistema de patrimônio e do SIAFI não estivessem conciliados, presumiu-se, nesse primeiro momento, que o sistema de patrimônio era a melhor fonte de obtenção desses dados. No entanto, logo nos dois primeiros meses de 2015, verificou-se que o sistema de patrimônio apresentava inconsistências no RMB, então ele deixou de representar uma base confiável, mesmo que de forma razoável, dados os indícios de incorreções recorrentes. Por causa disso, a rotina de depreciação foi interrompida e até o encerramento do quarto trimestre de 2023 não foi retomada.

Os bens intangíveis também não estão sendo amortizados, pela mesma razão apresentada para os bens móveis. Houve um esforço para segregar os intangíveis de vida útil definida e os de vida útil indefinida, de forma a garantir que somente os de vida definida sejam amortizados, mas esses bens são também tombados no sistema de patrimônio, portanto sujeitos às mesmas inconsistências relatadas.

h) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assist. a pagar a curto prazo

Grupo que evidencia as obrigações decorrentes gastos com pessoal ativo, inativo e pensionista, decorrentes de contratos de trabalho pelo regime estatutário ou de contratações temporárias. São mensurados com base no valor apurado em sistema próprio do Governo Federal, o que implica mensuração pelo valor original, na maioria dos casos, tais como proventos mensais, e com base em critérios específicos, como, por exemplo, valores pagos a partir de decisões judiciais, em que se observa o cômputo do gasto conforme o determinado na sentença.

i) Fornecedores e contas a pagar a curto prazo

Representa os valores remanescentes a pagar a fornecedores, no encerramento do exercício. São mensurados com base no valor original, apurado na liquidação do empenho, e geralmente não são atualizados, já que o pagamento ocorre de forma regular e no vencimento. Eventuais valores a pagar sem cobertura orçamentária são mensurados a partir de faturas emitidas até o final do exercício, deduzidos dos saldos de empenho a liquidar, para cada contrato.

j) Demais obrigações a curto prazo

Esse grupo inclui retenções em folha de pagamento, tais como tributos, planos de previdência, empréstimos consignados, planos e seguros, contribuições para associações, entre outros. Fazem parte, também, do grupo, transferências financeiras a comprovar (TED), precatórios e cauções. São mensurados pelo valor original e

atualizados, conforme o caso, a taxa de correção aplicável, como por exemplo, os valores de precatórios a vencer no próximo exercício.

k) Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assist. a pagar a longo prazo

O grupo é composto, geralmente, de precatórios trabalhistas. É mensurado, inicialmente, pelo valor original e é atualizado conforme correção determinada em sentença judicial.

l) Demais obrigações a longo prazo

Composto, geralmente, de precatórios de terceiros. É mensurado, inicialmente, pelo valor original e é atualizado conforme correção determinada em sentença judicial.

m) Contas de resultado

As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas são reconhecidas quando, respectivamente, for provável que benefícios econômicos ou potenciais de serviços decorrentes da transação fluirão para a entidade e, no caso das diminutivas, for provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para a entidade. Em geral, são reconhecidos pelo princípio da competência, mas há situações em que isso não ocorre, atualmente.

Algumas receitas próprias não estão sendo reconhecidas no fato gerador, mas apenas por ocasião do recebimento. É o caso, principalmente, dos aluguéis de espaços públicos. Não existe uma rotina de envio, por parte dos setores que promovem o controle da arrecadação dos aluguéis, de relatório mensal para conciliação. Desta forma, as receitas somente são contabilizadas no SIAFI quando do recebimento.

Existem também incorporações de bens sem contraprestação que não são evidenciadas quando os fatos ocorrem. O setor de patrimônio enfrenta dificuldades em tomba e registrar bens obtidos a título gratuito, por falhas nos fluxos para tombamento. Atualmente, há represamento de processos pendentes de incorporação, o que implica em atraso no envio dessas informações para a contabilidade, ocasionando o reconhecimento extemporâneo de receitas por doações de bens recebidos. Quando isso ocorre, o registro da variação patrimonial aumentativa se dá diretamente em conta do patrimônio líquido, como ajuste de exercícios anteriores.

No caso das despesas, algumas também não estão sendo evidenciadas no fato gerador. Da mesma forma que ocorre com as doações recebidas, existe um represamento de processos de baixa de bens móveis. O fluxo para o desfazimento de bens é complexo e passa por muitos setores, mas há indícios também de falhas nos controles internos que dificultam o envio, por parte do setor de patrimônio, das informações acerca das baixas de bens, implicando no registro contábil extemporâneo.

Por outro lado, algumas despesas acabam superavaliadas, em cada mês, pela ausência de ajuste ou de estorno, em decorrência de ressarcimentos. Em se tratando de reembolso de pessoal cedido, não existe, atualmente, uma rotina de envio, pelo setor de recursos humanos, de relatório em que sejam evidenciados os servidores, os montantes pagos, os órgãos para os quais foram cedidos e os vencimentos. A ausência desse relatório

ocasiona a majoração das despesas com pessoal, uma vez que o estorno da despesa só ocorre por ocasião do recebimento. Situação semelhante ocorre também com o ressarcimento de água e energia elétrica, no caso dos contratos de aluguel, pela razão já exposta.

II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são reproduzidas a seguir, sem prejuízo da publicação oficial, na página da instituição, com o intuito de facilitar a compreensão das notas explicativas.

Balanco Patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AJUTARQUIA
ORÇAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO 18/01/2024	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO		PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO		
ATIVO CIRCULANTE	166.445.078,10	137.155.713,22	PASSIVO CIRCULANTE	822.418.801,19	872.968.078,61
Caixa e Equivalentes de Caixa	152.364.554,13	129.890.931,00	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	221.386.922,58	157.737.444,16
Créditos a Curto Prazo	10.880.478,31	4.270.580,07	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	10.880.478,31	4.270.580,07	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	36.763.745,54	42.326.690,28
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	3.200.045,66	2.994.201,25	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	564.287.932,99	472.903.974,19
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.160.134.358,69	1.102.606.370,12	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	108.495,12	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	822.418.801,19	872.968.078,61
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	1.154.961.326,04	1.097.417.944,35	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	431.258.913,27	430.598.731,52	Demais Reservas	30.691.217,74	-
Bens Móveis	479.433.483,60	457.871.501,76	Resultados Acumulados	473.469.617,88	567.194.004,73
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-48.174.570,26	-48.174.570,26	Resultado do Exercício	-57.804.846,88	-91.961.299,58
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	567.194.004,73	602.837.440,85
Bens Imóveis	723.722.414,67	687.721.212,83	Ajustes de Exercícios Anteriores	-5.919.539,96	56.217.863,48
Bens Imóveis	737.409.804,93	696.781.064,08	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-13.687.390,26	-12.059.852,15	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	804.160.835,60	967.194.004,73
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	5.153.030,65	5.079.930,65			
Softwares	5.153.030,65	5.071.950,65			
Softwares	5.153.030,65	5.071.950,65			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			

Continua...



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2023	PERÍODO	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - ALTA GRADUAÇÃO	EMISSÃO	18/01/2024	PÁGINA	2
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		PASSIVO	
	2023	2022	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	7.980,00		
Direitos de Uso de Imóveis	-	7.980,00		
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-		
Diferido	-	-		
TOTAL DO ATIVO	1.326.579.436,79	1.239.762.083,34	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.326.579.436,79

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2023	2022		2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	152.364.554,13	129.890.931,90	PASSIVO FINANCEIRO	322.038.331,69	230.423.582,90
ATIVO PERMANENTE	1.174.214.882,66	1.109.871.151,44	PASSIVO PERMANENTE	610.837.834,25	529.356.198,03
			SALDO PATRIMONIAL	303.703.270,85	479.962.302,41

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ESPECIFICAÇÃO	ATIVO		ESPECIFICAÇÃO	PASSIVO	
	2023	2022		2023	2022
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	391.690.909,14	251.820.427,80	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.422.862.006,77	1.291.496.457,10
Atos Potenciais Ativos	391.690.909,14	251.820.427,80	Atos Potenciais Passivos	1.422.862.006,77	1.291.496.457,10
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conventados e Outros Instrumentos Cong	391.320.808,69	251.450.326,55	Obrigações Conventuais e Outros Instrumentos C	-	2.520,00
Direitos Contratuais	370.101,05	370.101,05	Obrigações Contratuais	1.422.862.006,77	1.291.493.937,10
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	391.690.909,14	251.820.427,80	TOTAL	1.422.862.006,77	1.291.496.457,10

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO AFURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários		-4.806.981,81
Recursos Vinculados		-74.866.795,75
Educação		-9.300.680,78
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-860.458.616,28
Previdência Social (RPPS)		-28.391,57
Dívida Pública		1.660.913.649,95
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		-865.862.756,71
TOTAL		-166.873.777,56

Demonstração das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2023	PERÍODO	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - ALTA GRADUAÇÃO	EMISSÃO	18/01/2024	PÁGINA	1
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2023	2022
	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.456.161.995,75
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	35.689.301,82	34.033.974,89
Venda de Mercadorias	1.584.084,38	2.003.749,70
Vendas de Produtos	201.044,11	135.465,27
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	33.904.173,33	31.894.759,92
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.154.025,66	902.080,26
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	143.504,00	61.625,25
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Oditivos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.010.521,67	930.455,01
Apoios do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.288.619.236,70	2.197.487.204,26
Transferências Intragovernamentais	2.287.268.779,14	2.195.690.409,57
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.350.459,56	1.787.794,69
Valorização e Ganhos de Ativos e Desincorporação de Passivos	126.491.557,82	106.122.321,40
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	30.603,54
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,20	29.800,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	126.491.557,62	106.061.917,86
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.207.871,75	2.383.027,87
Variação Patrimonial Aumentativa a Classe/For	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

Continua...



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2023	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - ALTA RQUA	EMISSÃO 18/01/2024	PÁGINA 2
ORÇAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			2023	2022
Subvenções Econômicas			-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas			-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas			4.207.871,75	2.383.027,87
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			2.543.966.842,63	2.432.879.908,26
Pessoal e Encargos			1.167.893.051,14	1.100.297.185,15
Remuneração a Pessoal			934.132.003,76	884.975.474,77
Encargos Patronais			188.408.234,12	178.070.767,48
Benefícios a Pessoal			45.337.008,33	34.941.900,44
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos			15.924,93	2.300.042,46
Benefícios Previdenciários e Assistenciais			716.033.992,03	671.070.987,84
Aposentadorias e Reformas			612.014.105,75	571.005.562,31
Pensões			85.785.300,59	82.746.727,34
Benefícios de Prestação Continuada			-	-
Benefícios Eventuais			-	-
Póllitas Públicas de Transferência de Renda			-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais			17.234.585,69	17.318.677,99
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo			253.754.720,96	254.327.202,96
Uso de Material de Consumo			16.882.222,03	14.423.070,76
Serviços			235.244.960,82	248.381.947,41
Depreciação, Amortização e Exaustão			1.627.538,11	1.522.184,79
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			23.656,62	156,10
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos			-	-
Juros e Encargos de Mora			23.656,62	156,10
Variações Monetárias e Cambiais			-	-
Descontos Financeiros Concedidos			-	-
Aportes ao Banco Central			-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras			-	-
Transferências e Delegações Concedidas			212.861.856,15	218.234.186,74
Transferências Intragovernamentais			212.608.380,30	217.969.790,16
Transferências Intergovernamentais			-	-
Transferências a Instituições Privadas			177.937,75	147.120,57
Transferências a Instituições Multigovernamentais			-	-
Transferências a Consórcios Públicos			-	-
Transferências ao Exterior			75.529,10	90.668,48
Emissão Orgamntária Delegada a Entes			-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas			-	6.607,53
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos			151.335.885,56	135.884.713,36
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas			-	-
Perdas com Alienação			-	-
Perdas Involuntárias			1.066,59	-
Incorporação de Passivos			151.334.818,97	135.874.078,34



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2023	PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - ALTA RQUA	EMISSÃO 18/01/2024	PÁGINA 3
ORÇAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			2023	2022
Desincorporação de Ativos			-	10.635,02
Tributárias			1.281.495,29	1.201.878,54
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			768.922,34	726.179,66
Contribuições			492.572,95	475.698,86
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados			-	-
Custo das Mercadorias Vendidas			-	-
Custo dos Produtos Vendidos			-	-
Custo dos Serviços Prestados			-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas			41.802.182,88	41.863.617,77
Premiações			4.170,00	-
Resultado Negativo de Participações			-	-
Operações de Autoridade Monetária			-	-
Incentivos			41.638.382,47	41.782.034,51
Subvenções Econômicas			-	-
Participações e Contribuições			-	-
Constituição de Provisões			-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas			159.630,41	81.583,26
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO			-87.804.846,88	-91.861.299,98

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			2023	2022

Balanco Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2023	PERÍODO	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA	EMISSÃO	18/01/2024	PÁGINA	1
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA		RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		
RECEITAS CORRENTES	47.813.323,00	47.813.323,00	40.447.848,05	-7.365.474,35
Recargas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Recargas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Recarga Patrimonial	7.554.419,00	7.554.419,00	5.700.078,40	-1.845.340,60
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	6.406.871,00	6.406.871,00	4.693.077,39	-1.803.793,61
Valores Mobiliários	1.057.548,00	1.057.548,00	1.015.985,01	-41.562,99
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	16,00	16,00
Recarga Agropecuária	2.741.500,00	2.741.500,00	1.594.084,38	-1.147.415,62
Recarga Industrial	550.000,00	550.000,00	201.044,11	-348.955,89
Recargas de Serviços	35.725.852,00	35.725.852,00	29.217.228,46	-6.508.623,54
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	35.725.852,00	35.725.852,00	29.217.228,46	-6.508.623,54
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.241.552,00	1.241.552,00	3.736.413,30	2.494.861,30
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	1.593,93	1.593,93
Indenizações, Restituições e Resarcimentos	949.052,00	949.052,00	3.591.570,98	2.642.518,98
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	292.500,00	292.500,00	143.248,39	-149.251,61
RECEITAS DE CAPITAL	20.000,00	20.000,00	-	-20.000,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	20.000,00	20.000,00	-	-20.000,00
Alienação de Bens Móveis	20.000,00	20.000,00	-	-20.000,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2023	PERÍODO	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA	EMISSÃO	18/01/2024	PÁGINA	2
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA		RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	47.833.323,00	47.833.323,00	40.447.848,05	-7.385.474,35
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	47.833.323,00	47.833.323,00	40.447.848,05	-7.385.474,35
DEFICIT	-	-	2.150.065.629,52	2.150.065.629,52
TOTAL	47.833.323,00	47.833.323,00	2.190.543.478,17	2.142.710.155,17
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-	153.992.098,00	-153.992.098,00
Superávit Financeiro	-	-	1.154.550,00	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	152.837.548,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA					SALDO DA DOTAÇÃO
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	
DESPESAS CORRENTES	1.888.438.018,00	2.042.587.611,00	2.167.130.548,18	2.080.831.357,04	1.877.313.743,87	-124.542.937,18
Pessoal e Encargos Sociais	1.873.856.911,00	1.787.919.225,00	1.781.590.121,18	1.781.561.729,21	1.808.089.632,97	6.329.103,82
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	214.581.107,00	254.668.386,00	385.540.427,00	299.269.627,83	269.244.110,90	-130.872.041,00
DESPESAS DE CAPITAL	13.269.871,00	13.112.376,00	23.412.929,99	15.220.883,25	13.777.532,65	-10.300.553,99
Investimentos	13.269.871,00	13.112.376,00	23.412.929,99	15.220.883,25	13.777.532,65	-10.300.553,99
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização de Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.901.707.889,00	2.055.699.987,00	2.190.543.478,17	2.096.052.240,29	1.891.091.276,52	-134.943.491,17
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	1.901.707.889,00	2.055.699.987,00	2.190.543.478,17	2.096.052.240,29	1.891.091.276,52	-134.943.491,17

Continua...



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO	2023	PERÍODO	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO	18/01/2024	PÁGINA	3
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	1.901.707.889,00	2.055.699.987,00	2.190.543.478,17	2.096.052.240,20	1.891.091.276,52	-134.843.491,17

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	5.684.734,43	54.651.976,41	55.422.380,93	50.440.136,50	1.061.570,62	8.815.003,72
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.684.734,43	54.651.976,41	55.422.380,93	50.440.136,50	1.061.570,62	8.815.003,72
DESPESAS DE CAPITAL	12.342.443,17	14.832.548,31	10.137.895,42	10.087.975,27	4.803.728,46	12.183.287,73
Investimentos	12.342.443,17	14.832.548,31	10.137.895,42	10.087.975,27	4.803.728,46	12.183.287,73
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	18.027.177,60	69.484.524,72	65.560.276,35	60.528.111,77	5.865.299,10	20.998.291,45

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.221.921,65	141.202.574,89	140.862.656,81	-	1.531.839,73
Pessoal e Encargos Sociais	-	106.256.734,16	106.256.734,16	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.221.921,65	34.945.840,73	34.605.922,65	-	1.531.839,73
DESPESAS DE CAPITAL	-	735.756,25	735.263,78	-	464,47
Investimentos	-	735.756,25	735.263,78	-	464,47
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	1.221.921,65	141.938.331,14	141.627.920,59	-	1.532.334,20

Balanco Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO	2023	PERÍODO	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
EMISSÃO	18/01/2024	PÁGINA	1
VALORES EM UNIDADES DE REAL			

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		ESPECIFICAÇÃO	DISPÊNDIOS	
	2023	2022		2023	2022
Recargas Orçamentárias	40.447.848,65	36.574.024,16	Despesas Orçamentárias	2.190.543.478,17	1.987.581.797,98
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.372.914.112,90	1.212.304.908,57
Vinculadas	45.422.468,40	36.799.602,09	Vinculadas	817.629.365,27	775.186.889,41
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	133.056,06	17.240.475,89
Alienação de Bens e Direitos	-	79.470,00	Seguridade Social (Exceto Previdência)	97.833.220,53	215.267.230,62
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-	Previdência Social (RPPS)	673.685.039,87	490.652.565,72
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	45.422.218,40	-	Dívida Pública	81.117.158,23	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	36.720.123,09	Alienação de Bens e Direitos	-	16.115,00
Recursos Extrajornamentais	-	-	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-
Recursos Não Classificados	250,00	-	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	64.860.869,68	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-4.974.619,75	-3.225.877,93	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	52.010.502,18
Recursos Extrajornamentais	-	-	Recursos Extrajornamentais	-	-
Recursos Não Classificados	-	-	Recursos Não Classificados	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	2.287.288.779,14	2.195.699.409,57	Transferências Financeiras Concedidas	211.888.734,61	217.860.185,40
Resultantes da Execução Orçamentária	2.195.622.208,05	2.092.061.171,59	Resultantes da Execução Orçamentária	208.810.433,23	216.365.926,44
Repasses Recebido	1.986.750.494,14	1.875.739.702,92	Repasses Concedido	38.719,32	44.457,77
Sub-repasses Recebido	208.771.713,91	216.321.468,67	Sub-repasses Concedido	208.771.713,91	216.321.468,67
Independentes da Execução Orçamentária	91.746.571,09	103.638.237,98	Independentes da Execução Orçamentária	3.078.301,38	1.494.258,96
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	86.164.064,30	100.186.454,05	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	13.705,26	228.963,12
Demais Transferências Recebidas	2.932.571,00	335.059,94	Demais Transferências Concedidas	2.393.942,86	337.520,34
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.189.935,79	3.116.726,09	Movimento de Saldos Patrimoniais	670.653,46	927.775,50
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Recuperação Extrajornamentária	300.854.718,24	211.300.112,30	Pagamentos Extrajornamentários	203.665.611,02	243.063.373,22
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	204.960.963,77	130.334.472,01	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	141.627.920,59	134.164.218,28
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	94.491.237,88	60.184.524,72	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	60.528.111,77	106.902.667,86
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	792.609,51	1.868.243,65	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	789.823,97	1.866.882,32
Outros Recuperações Extrajornamentárias	609.907,08	912.871,08	Outros Pagamentos Extrajornamentários	719.654,69	129.604,78
Ordens Bancárias não Sacadas - Carifó de Pagamento	1.093,06	-	Demais Pagamentos	719.654,69	129.604,78
Arrecadação de Outra Unidade	608.814,02	912.871,08			
Saldo do Exercício Anterior	129.890.931,90	134.822.742,41	Saldo para o Exercício Seguinte	152.364.554,13	129.890.931,90
Caixa e Equivalentes de Caixa	129.890.931,90	134.822.742,41	Caixa e Equivalentes de Caixa	152.364.554,13	129.890.931,90
TOTAL	2.758.462.277,93	2.578.396.288,50	TOTAL	2.758.462.277,93	2.578.396.288,50

Demonstração do Fluxo de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2023	PERÍODO	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTÍTULO	26248 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA	EMISSÃO	18/01/2024	PÁGINA	1
ORÇAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	47.074.393,93	20.034.140,72
INGRESSOS	2.320.118.051,32	2.234.975.070,36
Recetta Tributária	-	-
Recetta de Contribuições	-	-
Recetta Patrimonial	4.693.093,39	3.613.136,55
Recetta Agropecuária	1.584.084,38	2.003.749,70
Recetta Industrial	201.044,11	135.465,27
Recetta de Serviços	20.217.228,46	28.281.920,37
Remuneração das Disponibilidades	1.015.965,01	628.759,13
Outras Recettas Derivadas e Originárias	3.736.413,30	1.531.481,14
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	2.288.670.202,67	2.108.480.525,20
Ingressos Extracorporatórios	702.600,51	1.868.243,65
Transferências Financeiras Recebidas	2.287.268.770,14	2.105.600.400,57
Aterramento de Outra Unidade	608.614,02	912.871,98
DESEMBOLSOS	-2.282.043.657,39	-2.214.940.920,64
Personal e Demais Despesas	-1.885.737.448,87	-1.821.459.013,41
Legislativo	-	-
Judiciário	-309.828,28	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-3.901.807,65	-4.229.614,53
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-1.572.978,94	-3.180.500,50
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-2.825.008,78
Previdência Social	-697.907.594,91	-649.795.235,15
Saúde	-51.071.730,55	-58.968.989,51
Trabalho	-	-
Educação	-1.108.837.808,68	-1.074.185.091,45
Cultura	-323.280,00	-
Direitos da Cidadania	-2.484,00	-1.224.379,98
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-1.406.281,20	-
Ciência e Tecnologia	-1.316.138,69	-2.960.301,90
Agricultura	-1.175.000,00	-278.800,00
Organização Agrária	-170.000,00	-262.000,00
Indústria	-371.384,90	-145.240,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2023	PERÍODO	QUARTO TRIMESTRE (Encerrado)
SUBTÍTULO	26248 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA	EMISSÃO	18/01/2024	PÁGINA	2
ORÇAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			

	2023	2022
Comércio e Serviços	-830.480,00	-2.278.626,00
Comunicações	-	-
Energia	-	-249.840,00
Transporte	-16.021.910,34	-20.672.712,05
Desporto e Lazer	-264.234,19	-164.838,00
Encargos Especiais	-183.590,60	-50.835,60
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.093,06	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-182.907.995,25	-173.625.234,78
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-182.654.528,40	-173.387.445,70
Outras Transferências Concedidas	-253.466,85	-237.789,05
Outros Desembolsos Operacionais	-213.398.213,27	-219.856.672,48
Despêndios Extracorporatórios	-789.823,97	-1.868.882,32
Transferências Financeiras Concedidas	-211.888.734,61	-217.860.185,40
Demais Pagamentos	-719.654,60	-129.604,78
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-24.600.771,70	-24.965.960,23
INGRESSOS	-	79.479,00
Alienação de Bens	-	79.479,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-24.600.771,70	-25.045.439,23
Aquisição de Ativo Não Circulante	-18.322.306,96	-18.743.813,15
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-8.278.465,11	-6.301.626,08
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22.473.622,23	-4.931.819,51
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	129.890.931,90	134.822.742,41
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	152.364.554,13	129.890.931,90

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO DEZ (Aberto)
EMISSÃO 18/01/2024	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - AUTARQUIA
ORÇAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Balço Inicial do Exercício 2022	-	-	-	-	-	602.837.440,85	-	-	602.837.440,85
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	47.156.893,03	-	-	47.156.893,03
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	9.060.970,43	-	-	9.060.970,43
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-91.861.299,58	-	-	-91.861.299,58
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS e Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balço Final do Exercício 2022	-	-	-	-	-	567.194.004,73	-	-	567.194.004,73

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Balço Inicial do Exercício 2023	-	-	-	-	-	567.194.004,73	-	-	567.194.004,73
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-7.103.008,53	-	-	-7.103.008,53
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-57.804.846,88	-	-	-57.804.846,88
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS e Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balço Final do Exercício 2023	-	-	-	-	-	472.286.149,32	-	-	472.286.149,32

III - NOTAS EXPLICATIVAS

As notas explicativas foram elaboradas para facilitar a compreensão das demonstrações contábeis, em complemento, mas sem esgotar as possibilidades de análise. Representam uma ferramenta para elucidar aspectos dos relatórios contábeis publicados que precisam ser pormenorizadas, tais como valores relevantes dentro dos grupos de contas, bem como para relatar informações que, se ausentes, podem dificultar a correta compreensão das demonstrações contábeis.

Para melhor elucidar os usuários das informações contábeis, são apresentadas, a seguir, as notas explicativas por tema, geralmente coincidindo com os grupos de contas do Balanço Patrimonial. Apesar dessa estrutura, as informações podem vir correlacionadas com outros demonstrativos, tais como DVP, BF etc., quando possuem relevância informacional em mais de um relatório ou para melhor compreensão da informação prestada em cada nota explicativa.

1. Ativo

		31/dez/23	31/dez/22	AH	AV
110000000	ATIVO CIRCULANTE	166.445.078,10	137.155.713,22	21,35%	12,55%
120000000	ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.160.134.358,69	1.102.606.370,12	5,22%	87,45%
	TOTAL	1.326.579.436,79	1.239.762.083,34	7,00%	100,00%

Fonte: Siafi2023 e 2022

A variação total do ativo representa a variação do patrimônio da instituição como um todo, ou seja, tem a mesma variação do passivo, somado ao patrimônio líquido. Nesse sentido, houve um aumento de 7%, do final de 2022 para final de 2023, influenciado principalmente pela variação positiva do ativo não circulante, 5,22%. Embora a variação maior tenha ocorrido no ativo circulante, 21,35%, o peso desse no total do ativo representa apenas 12,55%, resultando numa variação isolada de 2,36%. Já o ativo não circulante, participa com 87,45%, então sua variação, se considerada de forma isolada, aumentou 4,64% o ativo total. São apresentadas, a seguir, análises mais pormenorizadas dessas variações.

1.1. Ativo circulante

		31/dez/23	31/dez/22	AH	AV
111000000	CAIXA E EQUIV. DE CAIXA	152.364.554,13	129.890.931,90	17,30%	91,54%
113000000	DEMAIS CRÉD. VAL. CP	10.880.478,31	4.270.580,07	154,78%	6,54%
115000000	ESTOQUES	3.200.045,66	2.994.201,25	6,87%	1,92%
	TOTAL	166.445.078,10	137.155.713,22	21,35%	100,00%

Fonte: Siafi2023 e 2022

A maior variação se deu no grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, com aumento de 154,78%, principalmente na UG 150232, do Hospital Universitário. Isso ocorreu devido ao grande número de pedidos de férias, com antecipação da primeira parcela da gratificação natalina. Apesar da grande variação percentual, o grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo representa apenas 6,54% do grupo a que pertence. O saldo de maior relevância, no Ativo Circulante, está em Caixa e Equivalentes de Caixa, 91,54%, analisado a seguir.

1.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

	31/dez/23	31/dez/22	AH	AV
111110206 CTU – RECURSOS APL	9.612.904,01	9.296.919,00	3,40%	6,31%
111122001 LIMITE DE SAQUE COM VINC.	8.258.337,53	8.267.658,89	-0,11%	5,42%
111122003 LIMITE DE SAQ VINC. OFSS	134.493.312,59	112.326.354,01	19,73%	88,27%
TOTAL	152.364.554,13	129.890.931,90	17,30%	100,00%

Fonte: Siafi2023 e 2022

As maiores variações nesse grupo ocorreram nas contas representativas de limite de saque da Conta Única do Tesouro. São duas contas, mas que podem ser analisadas como uma, já que a primeira, 1112.20.01, acumula os saldos disponíveis para o pagamento de despesas, uma vez superada a etapa da liquidação, enquanto a segunda, 1112.20.03, acumula um saldo transitório entre o comando de pagamento e a autorização da ordem bancária, pelo gestor financeiro. A variação dessas duas contas, combinadas, foi uma redução de 18,37%, do final de dezembro de 2022 para o encerramento do quarto trimestre de 2023. São as contas mais representativas do grupo, com quase 93,69%, somadas.

1.1.2. Estoques

	31/dez/23	31/dez/22	AH	AV
115610100 MATERIAIS DE CONSUMO	2.537.542,45	2.662.360,99	-4,69%	79,30%
115810301 MERC. PARA DOAÇÃO	662.503,21	331.840,26	99,65%	20,70%
TOTAL	3.200.045,66	2.994.201,25	6,87%	100,00%

Fonte: Siafi2023 e 2022

Os estoques de material de consumo evidenciam os valores remanescentes em almoxarifado, no final de cada período. São produtos como materiais de expediente, de limpeza, de reposição (peças), medicamentos de farmácias setoriais, entre outros. Houve variação positiva de 6,87%, mas isso se deve apenas ao saldo remanescente. Comparando-se esse resultado com a variação na Demonstração das Variações Patrimoniais, percebe-se que o consumo, em 2023, foi 17,05% maior que aquele verificado em 2022. Essa variação, no entanto, pode não ser significativa, já que o ano

de 2022 foi atípico – houve retomada das aulas e do atendimento presencial – ocasionando um aumento de 236,38% no consumo dos estoques, naquele exercício.

Os estoques de mercadorias para doação representam as compras de alimentos para merenda escolar do Colégio de Aplicação do Campus Universitário Trindade, na Capital de Santa Catarina. Essa conta representa a maior variação percentual, com crescimento de 99,65%. Essa variação não evidencia, necessariamente, maior consumo. Deve-se ao fato de o almoxarifado do Colégio de Aplicação não encaminhar o RMA, no final de cada mês, o que ocasiona o acúmulo, na conta, de produtos já consumidos. A baixa efetiva é feita apenas por inventário, rotina que necessita ser revista e adequada, nos moldes dos procedimentos aplicáveis aos demais almoxarifados. Essa distorção foi ainda maior (com crescimento de mais de 14 mil %) no exercício encerrado de 2022, exigindo uma análise mais detalhada, em 2024, inclusive porque não houve nenhuma baixa pelo consumo desse estoque, nem em 2022 nem em 2023. Uma simulação, a partir dos intervalos de baixa por inventário, pode fornecer uma melhor aproximação do consumo mensal e anual, o que não soluciona, evidentemente, a fragilidade de controle de estoque.

1.2. Ativo não circulante

No ativo não circulante, são evidenciados valores que têm realização ou expectativa de realização após o encerramento do exercício seguinte. Porém, não significa que não afetem o exercício corrente, já que, por mais que o valor principal de cada item, contido nas contas, tenha um prazo de execução mais alongado, efeitos como atualização desses valores têm reflexo no resultado. São exemplos disso a depreciação, a amortização e a exaustão de valores do ativo permanente, mas também atualização de valores que representam investimentos, depósitos judiciais, entre outros.

1.2.1. Depósitos judiciais

A conta 121210603 – Depósitos judiciais efetuados possuía um saldo de R\$ 108.495,12, referente a pagamento de depósito judicial, conforme Ofício da justiça 310022106881, por rescisão do Contrato n.º 257/2020 (Processo 23080.043479/2020-83), em razão do falecimento do titular. O pagamento foi feito em dezembro de 2021 e o saldo não sofreu alteração, até o segundo trimestre de 2023, mas se supunha aguardava desfecho judicial. Nova investigação, no entanto, evidenciou que o pagamento foi efetivado e os demais trâmites judiciais cabem apenas ao recebedor. Portanto, houve, em 2021, um erro de lançamento contábil e uma despesa não foi reconhecida, pelo reconhecimento do ativo. A correção desse erro contábil se deu no terceiro trimestre de 2023, como ajuste de exercícios anteriores.

1.2.2. Imobilizado

Dentro desse grupo, são evidenciados os bens permanentes, que possuem substância física, e são utilizados pela entidade no atingimento de seus objetivos institucionais. A seguir, são apresentados os valores que tiveram maior influência, no final do quarto trimestre de 2023.

1.2.2.1. Bens móveis

		31/dez/23	31/dez/22	AH	AV
123110201	EQUIP TEC INFORM COM/TIC	99.620.269,86	93.647.387,55	6,38%	20,78%
123110103	EQUIP MED,ODNT,LAB HOSP	93.424.068,76	91.613.974,90	1,98%	19,49%
123119908	BENS MOVEIS A CLASSIFICAR	67.087.111,13	67.087.111,13	0,00%	13,99%
123110703	ADIANT P INVERS BENS MOV	51.815.840,96	42.234.835,48	22,69%	10,81%
123110303	MOBILIARIO EM GERAL	43.463.593,04	42.616.043,52	1,99%	9,07%
123110405	EQUIP P/ AUDIO, VID E FOTO	23.019.680,85	21.810.101,45	5,55%	4,80%
	DEMAIS BENS MÓVEIS	101.002.919,03	98.861.847,75	2,17%	21,07%
	TOTAL BRUTO	479.433.483,63	457.871.301,78	4,71%	100,00%
123810100	DEPREC ACUM - BENS MOV	-48.174.570,26	-48.174.570,26	0,00%	
	TOTAL LÍQUIDO	431.258.913,37	409.696.731,52	5,26%	

Fonte: Siafi2023 e 2022

Como se observa, as principais influências, nesse grupo, são de bens classificados como Equipamentos de tecnologia da informação e comunicação/TIC, que representa 20,78% do total e teve uma variação positiva de 6,38%, em 2023, em comparação com o saldo final de 2022, Equipamentos/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares, com 19,49% do total e uma variação positiva de 1,98%, Adiantamentos para inversões em bens móveis, com 10,81% de participação no grupo e variação positiva de 22,69%, e Mobiliário em geral, representando 9,07% do grupo e variação positiva de 1,99%, em relação ao saldo final do ano anterior. No entanto, há também uma conta que tem participação relevante, nesse grupo, mas que representa controvérsia, no que diz respeito ao seu saldo.

Parte expressiva do grupo, 13,99%, é atribuída à conta 123119908 Bens móveis a classificar. Essa conta não teve variação no período e se refere, quase exclusivamente, a valores lançados de forma automática, em janeiro de 2020, nos montantes de R\$ 65.650.941,81, na UG 153163, além de um valor de R\$ 973.637,46, na UG 150232, em virtude de saldos existentes nas contas de controle, relativas a bens de terceiros, no encerramento do exercício de 2019. No entendimento da STN (novo procedimento estabelecido em manual, macrofunção SIAFI 021134, a partir de 2020), bens de terceiros devem ser registrados como bens próprios, no ativo de quem os tem depositados. Essa interpretação não está em linha, no entender desta contabilidade, com os princípios e normas de contabilidade vigentes, para o setor público. Bens de terceiros são, em geral, bens disponibilizados a outrem para uso, sem que sejam transferidos propriedade nem controle.

Assim, somente nos casos em que, na prática, esses bens de terceiros, e a despeito do que diz o contrato respectivo, se tornam controlados, de forma relevante, por quem detém a posse é que esses bens deveriam ser tratados como ativo, prevalecendo a essência sobre a forma. Seria necessário analisar cada caso, não sendo possível alocar todo o valor registrado em contas de controle como bens pertencentes ao ativo da UFSC. Além disso, o registro desses bens no ativo deveria ser feito (se aplicável) em conjunto com a correspondente baixa no ativo da instituição que detém a propriedade

dos bens, para respeitar as regras de consolidação de balanços públicos e para evitar duplicidades, mas esse procedimento complementar não foi realizado ou, ao menos, não foi evidenciado pela STN. Existe ainda outro impeditivo, para esse lançamento automatizado, que diz respeito à falta de conciliação dos saldos de bens móveis na UFSC, sejam eles próprios ou de terceiros, devido à falta de envio do RMB pelo setor de patrimônio, no final de cada mês, o que implica dizer que não há garantia de que os saldos existentes no SIAFI sejam realistas. Essas inconsistências indicam que não existe base razoável ou confiável para o procedimento contábil que realizou o registro do saldo a classificar.

No que se refere à depreciação de bens móveis, essa rotina não está sendo executada, atualmente, e as razões para isso podem ser melhor compreendidas consultando o item 3, g), da parte I, desse documento. Com isso, eventuais variações nessa conta dizem respeito à baixa de bens, por leilão, descarte ou outros motivos, quando esses bens possuíam saldo de depreciação registrado no sistema de patrimônio, como resquícios dos lançamentos feitos no início de 2015, antes da descontinuidade dessa rotina, como anteriormente relatado.

1.2.2.2. Bens imóveis

	31/dez/23	31/dez/22	AH	AV
123210102 EDIFÍCIOS	33.000.000,00	33.000.000,00	0,00%	4,48%
123210103 TERRENOS/GLEBAS	1.324.361,51	1.295.037,75	2,26%	0,18%
123210107 IMOVEIS DE USO EDUCACIONAL	317.054.161,00	290.194.598,24	9,26%	43,00%
123210109 FAZENDAS, PARQUES E RESERV	14.790.514,63	10.988.183,41	34,60%	2,01%
123210601 OBRAS EM ANDAMENTO	321.041.754,69	314.104.232,48	2,21%	43,54%
123210605 ESTUDOS E PROJETOS	42.660.755,33	42.660.755,33	0,00%	5,79%
123210700 INSTALAÇÕES	7.538.257,77	7.538.257,77	0,00%	1,02%
TOTAL BRUTO	737.409.804,93	699.781.064,98	5,38%	100,00%
123810200 DEPREC ACUM - BENS IMOVEIS	-13.687.390,26	-12.059.852,15	13,50%	
TOTAL LÍQUIDO	723.722.414,67	687.721.212,83	5,23%	

Fonte: Siafi2023 e 2022

A conta mais expressiva do grupo é a 123210601 Obras em andamento, representando 43,54%. Nesse saldo devem ser evidenciados os gastos acumulados de obras que estão em curso, mas existe parcela significativa do saldo que se refere a obras já concluídas que estão pendentes de registro no SPIUNet. O departamento responsável pelo registro e atualização dos bens não está enviando, atualmente, relatórios mensais para conciliação. Além da falta do envio desse relatório, também está pendente o registro de obras já encerradas (com saldo superavaliado em Obras em Andamento) e as atualizações dos imóveis já registrados.

As demais variações, nesse grupo, se devem ao procedimento de reavaliação, em diversos imóveis registrados no SPIUNet. A variação percentual foi de 57,5%, em cada imóvel reavaliado, considerando a variação do IPCA-E, de junho de 2015 a setembro de 2023. Porém, os critérios para a utilização desse indicador, a motivação da reavaliação

(por defasagem de valor contábil em relação ao valor justo, por valorização do imóvel por melhorias ou outros), bem como a documentação que tenha dado suporte ao procedimento de reavaliação não foram fornecidos pelo setor responsável pelos controles dos bens imóveis e pela gestão das informações do SPIUNet, na UFSC.

Foram solicitadas informações sobre esses critérios utilizados, inclusive metodologia, as justificativas, o embasamento legal, a razão de a substituição de valores se dar por reavaliação, ao invés de atualização (que são as duas modalidades previstas na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, com diferentes implicações patrimoniais e contábeis), a documentação suporte (laudos, relatórios de valor de referência – RVR, exigidos na instrução Normativa da SPU/ME nº 67, de 2022, art. 13, etc.), mas o setor responsável pelo SPIUNet não respondeu os questionamentos até o encerramento dessas notas explicativas. Entre os questionamentos feitos, a razão de parte dos imóveis terem sido reavaliados parcialmente, tais como:

Imóveis Reavaliados Parcialmente

RIP utilização	Valor no SIAFI	Valor considerado para reavaliação
8105000055000	268.428.250,64	32.203.364,00
8105000695000	1.295.037,75	50.998,56
8105001615000	4.022.691,19	990.919,93

Fonte: Siafi2023

Questionou-se, também, a razão de a reavaliação não se dar em todos os RIPs utilização, uma vez que, segundo a NBC TSP 07, item 51, “**se o item do ativo imobilizado for reavaliado, toda a classe do ativo imobilizado à qual pertence esse ativo deve ser reavaliada**”. Os itens a seguir não foram objeto de reavaliação:

Imóveis Não Reavaliados

RIP utilização	Valor no SIAFI
8105006015000	33.000.000,00
8027000845006	3.881.030,42
8105004985002	343.968,80
8105000615006	2.779.289,79
8105004435002	1.596.050,51

Fonte: Siafi2023

No que diz respeito à depreciação dos bens imóveis, houve uma variação positiva de 13,5%. Vale destacar que apenas os bens registrados no SPIUNet estão sendo depreciados, de forma mensal e centralizada, como já informado no item 3, g), desse documento.

1.2.3. Intangível

	31/dez/23	31/dez/22	AH	AV
124110101 SOFTWARES (vida útil definida)	3.918.009,80	3.844.909,80	1,90%	76,03%
124110102 SOFTW FASE DE DESENVOLV	0,00	267.000,00	-100,00%	0,00%
124110201 SOFTWARES (vida útil indef)	1.235.020,85	960.040,85	28,64%	23,97%
124310101 DIR DE USO BENS IMOVEIS	0,00	7.980,00	-100,00%	0,00%
TOTAL	5.153.030,65	5.079.930,65	1,44%	100,00%

Fonte: Siafi2023 e 2022

Esse grupo possui saldo em apenas duas contas, softwares com vida útil definida, com 76,03% do total, e softwares com vida útil indefinida, com 23,97%. A variação do grupo foi de apenas 1,44%, desde o encerramento do exercício de 2022, apesar de as variações individuais insinuarem maior volatilidade. Os saldos de duas contas, que constaram no ativo até o final do primeiro trimestre de 2023, não deveriam existir. Dizem respeito a erros de lançamento e esses erros afetaram não apenas as contas nas quais estavam registrados, mas também na conta de softwares com vida útil indefinida.

A conta 124110102 Software em desenvolvimento possuía saldo decorrente de erro de contabilização. No momento da liquidação, foi informada a conta contábil incorreta, já que, na verdade, não se tratava de pagamentos para desenvolvimento de um software, mas a aquisição de um software pronto. Já a conta 124310101 Direito de uso de Bens imóveis apresentava saldo desde 2018, decorrente de erro de lançamento, mas também se tratava de aquisição de software pronto. Esses erros foram detectados somente na análise, após o fechamento da contabilidade de 2022, em 17 de janeiro de 2023, quando não era mais possível realizar os ajustes no sistema SIAFI2022. Os ajustes ocorreram no segundo trimestre de 2023.

Essas inconsistências não foram detectadas antes porque não está havendo a conciliação mensal de bens móveis, de bens imóveis, de intangíveis e das respectivas depreciação e amortização, como já relatado. A falta desses relatórios de fechamento mensal impede a conciliação contábil e a detecção de eventuais erros de lançamento, ou mesmo da falta de contabilização de fatos ocorridos. Soma-se a isso o fato de ter ocorrido troca de gestão, em meados de 2022, quando assumiram novos diretores e contador titular do departamento de contabilidade, que precisaram, além de buscar informações sobre o panorama da contabilidade e das rotinas e controles, realizar diversas rotinas imprescindíveis, responder a auditorias e participar de reuniões com setores que interagem com a contabilidade. São transformações nos controles internos que são complexas, considerando inclusive o porte da instituição. Contudo, os erros vão sendo, aos poucos, detectados, bem como as falhas nos controles internos que possibilitaram ou o erro ou a não detecção dele, com consequente implementação de medidas de mitigação dessas inconsistências.

No que se refere à amortização, essa rotina não está sendo realizada, atualmente, e as razões para isso podem ser melhor compreendidas no item 3, g), da parte I, desse documento.

2. Passivo

		31/dez/23	31/dez/22	AH	AV
211000000	OBRIG TRAB PREV ASS CP	221.366.922,56	157.737.444,16	40,34%	16,69%
213000000	FORNECEDORES A PAGAR CP	36.763.745,64	42.326.660,26	-13,14%	2,77%
218000000	DEMAIS OBRIGAÇÕES CP	564.287.932,99	472.503.974,19	19,43%	42,54%
220000000	OBRIGAÇÕES A LP	-	-	-	-
237000000	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	504.160.835,60	567.194.004,73	-11,11%	38,00%
	TOTAL	1.326.579.436,79	1.239.762.083,34	7,00%	100,00%

Fonte: Siafi2023 e 2022

Analisando-se as contas, de forma mais pormenorizada, temos, a seguir.

2.1. Passivo circulante

Nesse grupo, são evidenciados compromissos com prazo de exigibilidade até o final do exercício subsequente. As principais variações são apresentadas na sequência.

2.1.1. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assist. a pagar a curto prazo

Houve um aumento de 40,34%, nesse grupo, em relação ao final do ano anterior. Vale frisar, no entanto, que isso se deve mais ao momento em que a maior parte dos servidores optou por receber antecipações de férias e de gratificação natalina do que a um aumento, de fato, nos gastos com pessoal. Se observarmos os valores constantes na Demonstração de Variações Patrimoniais, temos uma variação positiva dos gastos com Pessoal e Encargos na ordem de 6,14%, comparando-se o final do quarto trimestre de 2023 com o mesmo período de 2022. Já o grupo Benefícios Previdenciários e Assistenciais, apresentou um aumento de 6,55%, na comparação até o quarto trimestre de cada ano. Assim, o aumento desses dois grupos, que representam, somados, 74,02% do total das variações patrimoniais diminutivas, foi de apenas 6,3%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

2.1.2. Fornecedores

Houve uma redução de 13,14%, no que se refere ao saldo pendente de pagamento, no final do quarto trimestre de 2023, em relação ao saldo final de 2022, sendo que esse grupo representa 2,77% do total do Passivo + Patrimônio Líquido e 4,47%, se considerado somente o passivo exigível. Dentro desse grupo, três fornecedores se destacam: Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária, com 39% de participação no saldo, Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina, com 25,74% e Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio Econômicas, com 14,71%. São valores aguardando pagamento, ou seja, já superada a etapa da liquidação do empenho, mas que estão dentro do prazo normal e para os quais existem recursos financeiros

disponíveis. Mas, não são apenas valores a pagar decorrentes da execução orçamentária que estão evidenciados nesse grupo.

Em decorrência do reconhecimento por competência de obrigações, foi registrado, no final de 2022, um passivo sem cobertura orçamentária, no montante de R\$ 3.722.950,15, em favor de Celesc Distribuição S.A., sendo R\$ 3.706.863,45, relativo ao fornecimento de energia elétrica, e R\$ 16.086,70, relativo à taxa COSIP. Esses valores foram obtidos tendo por base levantamento feito em conjunto pelo Departamento de Projetos, Contratos e Convênios (DPC) e pela Superintendência de Orçamento, apurando a diferença entre as faturas em aberto (set, out, nov e dez/22), a título de energia elétrica e COSIP, e os saldos dos respectivos empenhos.

Desse saldo, houve a baixa, pelo empenho, de R\$ 181.085,53, em janeiro de 2023, de R\$ 105.448,99, em março, de R\$ 105.450,04, em abril, de R\$ 105.448,98, em junho de 2023, de R\$ 14.000,00, em julho de 2023 e de R\$ 105.449,04, em agosto de 2023. O valor remanescente foi, portanto, de R\$ 3.106.067,57, no final do terceiro trimestre de 2023.

No entanto, o saldo desse passivo sem suporte orçamentário não foi totalmente baixado, durante o exercício de 2023, em razão de erros no controle do passivo P. As faturas de 2022 foram renegociadas e pagas juntamente com faturas de 2023, o que provavelmente dificultou a segregação daquilo que já estava reconhecido no passivo. Por isso, foi realizada a baixa do saldo restante, no quarto trimestre de 2023, pela ocasião da apuração do passivo sem suporte orçamentário que, de fato, estava pendente.

Uma nova apuração do passivo sem cobertura orçamentária foi, portanto, realizada. Até o final do exercício de 2023, não havia saldo orçamentário suficiente para quitar as faturas de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro. O saldo sem suporte orçamentário, R\$ 6.140.404,43, foi registrado no passivo, sendo que algumas das faturas mencionadas continham saldo remanescente de parcelamento de dívida relativa a 2022. Essa dívida representa, ao todo, 16,7% do grupo a que pertence, sendo a terceira mais representativa.

2.1.3. Demais obrigações a curto prazo

As maiores variações nesse grupo são nas contas relativas a retenções em folha de pagamento, porém essas contas são pouco representativas, mesmo dentro do grupo a que pertencem.

A principal influência ocorreu na conta 218920600 Transferências financeiras a comprovar – TED. Essa conta representa quase 88,4% do total do grupo e aumentou 7,78%, do final de 2022 para o encerramento do quarto trimestre de 2023. São valores transferidos de convênios, que estão pendentes, mas no prazo para execução ou para prestação de contas.

Ainda dentro desse grupo, vale destacar que a conta 218810402 Depósitos e cauções recebidos não está conciliada. Existem valores ali registrados que já foram sacados e cauções não registradas. Essa inconsistência foi ocasionada pela falta de envio de relatórios mensais acerca das cauções vigentes, uma vez que essa rotina não existe, atualmente. O saldo existente provavelmente não condiz com a realidade, porém o valor

que consta no balanço pode ser considerado irrisório. Nada obstante, tal fato não justifica a falta de conciliação.

2.2. Passivo não circulante

Esse grupo não apresentou nenhum saldo, no período analisado, mas não se pode afirmar que essa informação esteja correta, porque as contas do grupo (como em outros casos) não estão conciliadas. Não há, atualmente, rotina de envio de informações sobre dívida ativa, sobre passivos contingentes e sobre precatórios, por parte da Procuradoria Federal da UFSC, o que está em desacordo com as exigências estabelecidas na Portaria nº 40/2015, da Advocacia-Geral da União, e na Portaria Conjunta STN/PGR nº 8/2015, que regulamentam o envio de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais.

Isso tem impacto, inclusive, sobre o registro de precatórios. Conforme a nota explicativa 65, a. 5, do Balanço Geral da União de 2022, “na data de 30 de junho de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) conheceu a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5755, declarando a inconstitucionalidade material do art. 2º, caput e § 1º, da Lei nº 13.463/2017. Portanto, esse tema deixou de ser classificado como passivo contingente, a partir do segundo trimestre de 2022, para ser reconhecido como provisão”. Essa mudança no entendimento sobre como devem ser registrados os precatórios na contabilidade da União pode ter sido o motivo de, em 2022, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região ter realizado a baixa dos valores relativos a precatórios, tanto de terceiros quanto trabalhistas, do passivo da UFSC, transferindo-os para o passivo do TRF-4. Na ocasião, o Tribunal não deu maiores informações a respeito da razão dessa baixa e a Procuradoria Federal junto à UFSC não respondeu sobre o tema, quando acionada.

2.3. Patrimônio Líquido e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresenta um erro de sistema, na conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que distorceu o real valor da conta, no exercício de 2023, situação que já havia ocorrido em 2022. Parte do saldo dessa conta foi suprimido, R\$ 1.183.468,54, na DMPL gerada no SIAFIweb. Além disso, a conta Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos também teve o saldo suprimido, deixando de evidenciar o saldo de R\$ 30.691.217,74, resultante da reavaliação realizada em 2023, conforme apontado na nota 1.2.2.2. Essa incongruência representa, claramente, um erro de sistema, pois tais valores não correspondem aos apresentados nas demais Demonstrações Contábeis nem aos saldos constantes no razão de cada conta, no SIAFI.

3. Demonstração das Variações Patrimoniais

As variações patrimoniais aumentativas apresentaram incremento de 4,92%, em 2023, quando comparado com o ano anterior. Já as variações patrimoniais diminutivas tiveram um aumento de 4,57%. Com isso, houve um aumento de R\$ 115.143.387,07, no total das receitas, e um aumento no total de despesas de R\$ 111.086.934,37. Desta forma, considerando apenas as variações nas receitas e nas despesas, ocorreu uma melhora na situação do resultado, quando comparado com 2022.

Naquele ano, havia uma situação em que as despesas superavam as receitas em 3,92%, resultando num prejuízo de R\$ 91.861.299,58. A redução na desigualdade entre variações patrimoniais diminutivas e aumentativas (3,57%), em 2023, amenizou a situação na ordem de R\$ 4.056.452,70, ou seja, reduziu o prejuízo nesse montante, quando comparado com o exercício anterior, resultando num prejuízo de R\$ 87.804.846,88.

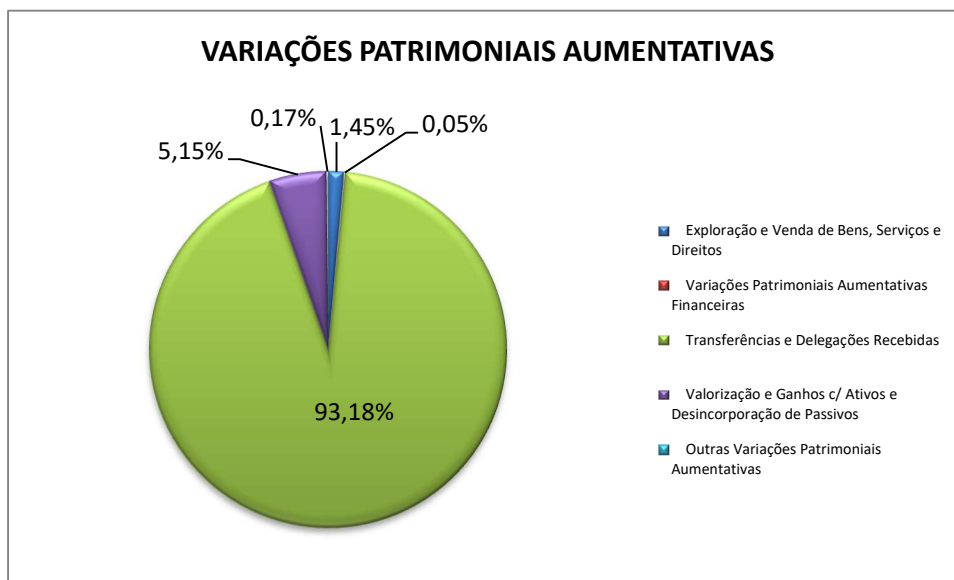
Esse prejuízo está, no entanto, subavaliado, muito provavelmente. Se, por um lado, existem indícios de que receitas não estejam sendo reconhecidas, por ausência do envio de informações sobre dívida ativa por parte da Procuradoria Federal da UFSC (vide nota explicativa 2.2.1), existem rotinas que não estão sendo executadas, tais como depreciação e amortização, e as despesas decorrentes não estão sendo contabilizadas. Por mais que não se possa afirmar que as despesas atualmente não reconhecidas superem as receitas também não registradas, essa é a hipótese mais provável, como se verá nas próximas notas explicativas.

Voltando à análise da DVP, as principais receitas são aquelas decorrentes de Transferências Intragovernamentais, que representam 93,12% do total das variações patrimoniais aumentativas, e tiveram um incremento de 4,17%, em 2023, quando comparado ao exercício de 2022.

No que se refere à receita própria, a principal influência se deu pela Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos, que representou 1,45% do total das variações patrimoniais aumentativas e teve um aumento de 4,86%, em relação a 2022. Essas receitas foram influenciadas, principalmente, pelo comportamento das receitas orçamentárias, mais precisamente, das Receitas de Serviços: Serviços Administrativos e Comerciais Gerais, que representaram 72,23% das receitas orçamentárias realizadas, em 2023, apesar de a arrecadação total prevista, para essas receitas, não ter se concretizado na íntegra, já que foi arrecadado apenas 81,78% do que estava previsto na Lei Orçamentária Anual.

As variações patrimoniais aumentativas ficaram assim distribuídas:

Gráfico 1 – Variações Patrimoniais Aumentativas



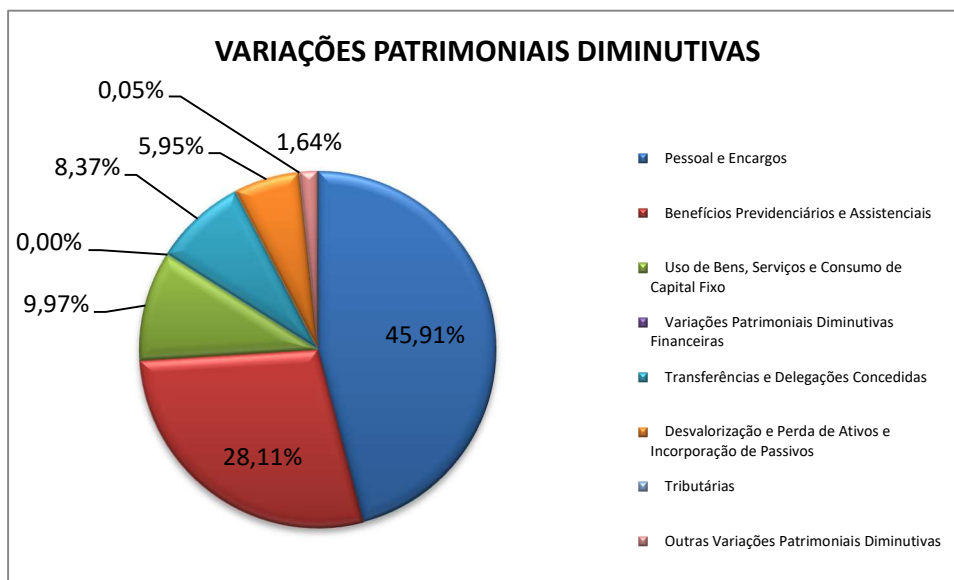
Fonte: Siafi2023

Dentre as variações patrimoniais diminutivas, a principal influência se deu nos grupos Pessoal e Encargos, com 45,91% do total das despesas, e Benefícios Previdenciários e Assistenciais, com 28,11%. Esses dois grupos foram responsáveis por 74,02% do total das VPDs. Representam despesas obrigatórias e foram custeadas quase que exclusivamente por recursos recebidos por transferência. Fazendo um paralelo com as despesas evidenciadas no Balanço Orçamentário, para esse grupo de gastos, temos que a Despesa Corrente: Pessoal e Encargos Sociais representou 81,33% do total de despesas empenhadas, em 2023.

Outro grupo que se destacou, dentre as variações patrimoniais diminutivas, foi Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, com 9,97%, principalmente por influência do gasto com Serviços, gasto que representou 93,97% do total desse grupo. Apesar disso, a variação do grupo foi negativa, reduzindo os gastos do grupo em 4%, quando comparado com o exercício de 2022.

As variações patrimoniais diminutivas ficaram assim distribuídas:

Gráfico 2 – Variações Patrimoniais Diminutivas



Fonte: Siafi2023

A seguir, são apresentadas algumas situações que afetam parte do resultado do exercício, bem como estão em descompasso com as exigências normativas atuais.

3.1. Depreciação, amortização e exaustão

As rotinas de depreciação, amortização e exaustão não estão, como já informado, sendo realizadas, atualmente, exceto no caso dos bens imóveis e somente para aqueles já registrados no SPIUNet. Maiores informações sobre as razões podem ser obtidas no item 3, g), da parte I, desse documento, e nas notas explicativas 1.2.2.1, 1.2.2.2 e 1.2.3.

Portanto, as variações da conta de depreciação não refletem a real situação dos bens do ativo permanente. Apesar da correção na rotina de depreciação dos bens imóveis (como explicado no segundo parágrafo da nota explicativa 1.2.2.2), a depreciação que está sendo reconhecida diz respeito apenas aos bens imóveis registrados no SPIUNet. Contudo, existem várias obras já concluídas, mas que não foram incorporadas, ou seja, não estão registradas como bens de uso especial, no ativo da instituição. Isso ocorre porque não foram baixados os saldos de obras em andamento, com o consequente registro dos bens no SPIUNet, conforme relatado na nota explicativa 1.2.2.2. Essa inconsistência provoca a subavaliação da conta de depreciação acumulada e também da respectiva despesa de depreciação, em montante não conhecido.

3.2. Reavaliação e redução a valor recuperável

Pelas mesmas razões apontadas em outras notas explicativas, as rotinas de reavaliação e redução a valor recuperável não estão implementadas, no que se refere aos bens móveis. A falta de emissão de RMB é apenas uma das manifestações de outras falhas no controle interno. O setor de patrimônio não dispõe de equipe ou de arcabouço para viabilizar a reavaliação dos bens móveis, sendo essa a razão, inclusive, de os bens anteriores a 2010 não terem sido incluídos na rotina de depreciação, em 2015. Com isso, os valores evidenciados nas contas de bens móveis, bens imóveis e intangível estão subavaliados ou superavaliados, em montante não conhecido.

No que se refere aos bens imóveis, houve a reavaliação de alguns dos ativos, mas o setor responsável pelo controle patrimonial e registro no SPIUNet não respondeu, até a conclusão dessas notas explicativas, aos questionamentos e solicitações de documentação suporte para o procedimento realizado, como explicado em 1.2.2.2.

Por essa razão, não é possível afirmar que se tratam, de fato, de reavaliações, já que não as alterações de valores não ocorreram em todos os bens da mesma classe, nem tampouco foi utilizado o valor justo, mas somente a atualização de um indicador, o IPCA-E. Assim, pode ter ocorrido um equívoco no registro do procedimento no SPIUNet, ou seja, que se tenha registrado as mudanças de valor como reavaliação, quando o pretendido seria outro, como uma atualização, por exemplo, com base:

I - indicadores monetários definidos pela Secretaria de Patrimônio da União; II - variação do CUB, ao valor cadastrado referente as benfeitorias; III - variação do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU - fornecidos pelos municípios; ou IV - variação do valor da terra nua fornecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, pelas Entidades Executoras do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, ou outro órgão que disponibilize tais informações (Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023, art. 4º, §2º).

A documentação que embasou o procedimento deverá, quando recebida, ser analisada pelo Departamento de Contabilidade e Finanças, podendo ratificar ou contestar o registro feito no SPIUNet. Nessa segunda hipótese, as correções no SPIUNet serão acompanhadas de correções também na contabilidade.

3.3. Provisões

As provisões que estão sendo realizadas são aquelas decorrentes da folha de pagamento, como provisão para férias e para 13º salário. Outras provisões não estão sendo reconhecidas, como consequência de falhas nos controles internos. Como exemplo, provisões para perdas no recebimento de receitas não estão sendo calculadas e contabilizadas porque as receitas próprias (principalmente aluguéis) não estão sendo reconhecidas por competência, como explicado no item 3, m), da parte I, desse documento. Também não estão sendo calculadas provisões para riscos judiciais (ver notas explicativas 2.1.3 e 2.2.1), o que significa que algumas contas do ativo estão superavaliadas e algumas contas do passivo estão subavaliadas, em montante não conhecido.

4. Restos a Pagar

A UFSC destaca a importância da execução de “Restos a Pagar”, buscando dar qualidade a esse processo por meio da oferta de treinamentos anuais aos servidores responsáveis pela execução financeira e orçamentária de cada setor da Universidade, além de manter acompanhamento contínuo do que é executado durante cada exercício financeiro. A orientação dada busca a adequação dos procedimentos internos da UFSC ao disposto, especialmente, no art. 67 do Decreto nº 93.872/86 e reforça a necessidade do acompanhamento adequado dos restos a pagar, para que a Instituição obtenha uma execução mais eficiente.

A seguir, é apresentado quadro que evidencia a execução de restos a pagar, no decorrer do exercício de 2023.

4.1. Execução dos restos a pagar por ano de inscrição (valores em R\$)

Restos a pagar processados e restos a pagar não processados liquidados						
UG Executora	Ano de inscrição	(a) Restos a Pagar Processados - Montante em 1º de janeiro	(b) Restos a Pagar Processados - Pagos	(c) Restos a pagar processados - Cancelados	(d) Restos a Pagar Processados - Saldo a pagar 31/12	
153163	UFSC	2022	139.334.472,01	139.333.977,53	494,48	
		2021	2.968.716,64	2.258.434,57	710.282,07	
		2020	35.508,49	35.508,49	0,00	
		2019	191,62		191,62	
		2018	500.281,58		500.281,58	
		2017	500,00		500,00	
		2016	317.866,09		317.809,60	
		2015	160,65		160,65	
		2014	2.614,20		2.614,20	
		Total	143.160.254,79	141.627.920,59	1.532.334,20	
Restos a pagar não processados						
UG Executora	Ano de inscrição	(e) Restos a Pagar Não Processados - Montante em 1º de janeiro	(f) Restos a Pagar Não Processados - Pagos	(g) Restos a Pagar Não Processados - Cancelados	(h) Restos a Pagar Não Processados - Saldo a pagar 31/12	
153163	UFSC	2022	69.184.524,72	56.323.842,43	208.071,35	12.652.610,94
		2021	4.806.586,72	2.861.206,01	465.459,47	1.479.921,24
		2020	6.852.872,19	1.213.930,25	564.535,63	5.074.406,31
		2019	2.615.738,96	129.133,08	697.232,65	1.789.373,23
		2017	3.501.979,73		3.500.000,00	1.979,73
		2016	250.000,00		250.000,00	0,00
		Total	87.211.702,32	60.528.111,77	5.685.299,10	20.998.291,45

Fonte: Tesouro Gerencial

Dos valores pendentes a título de Restos a Pagar Processados, os valores antigos estão sendo monitorados e existe o esforço para a baixa desses saldos, sendo que a maioria dos casos são de valores baixos. Entre os valores relevantes, destaca-se os Restos a Pagar Processados de 2016, relativos a recursos de projetos em que o recurso financeiro não foi transferido para a UFSC. A razão disso está sendo apurada e espera-se a resolução, durante 2024. Outro valor relevante diz respeito a empenhos de 2018, sendo o principal um empenho para fundação de apoio, no valor de R\$ 500 mil. O coordenador do respectivo projeto foi indagado a respeito dessa pendência, mas não respondeu à solicitação, até o encerramento dessas notas explicativas.

Exceto por esses valores mais pretéritos, os Restos a Pagar Processados foram, em sua maioria, pagos, durante o exercício de 2023. Foram honrados 100% dos compromissos de 2020, 76% dos valores relativos a 2021 e quase 100% dos restos a pagar processados de 2022. No total, quase 99% dos compromissos havidos em exercícios anteriores, e que constavam como processados, foram quitados, até 31 de dezembro de 2023.

Já os Restos a Pagar Não Processados – RPNP, foram executados de forma mais homogênea. Os valores pendentes de 2016 foram todos cancelados, no montante de R\$ 250 mil. Dos valores relativos a 2017, quase 100% foram cancelados, R\$ 3,5 milhões. Os valores pendentes de 2019 e 2020 foram reduzidos, respectivamente, 31,59% e 25,95%, entre cancelamentos e pagamentos. Em 2021, foram cancelados mais de R\$ 460 mil e foram pagos quase R\$ 2,9 milhões, resultando numa execução de 69,21%. Quanto aos valores relativos a 2022, foi executado 81,71%, sendo pouco mais de R\$ 208 mil cancelados e R\$ 56,3 milhões referente a pagamentos desses RPNP. O quadro a seguir evidencia a composição dessas movimentações.

4.2. Restos a Pagar Não Processados

	INSCRITOS	REINSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	54.651.976,41	5.684.734,43	1.081.570,62	50.440.136,50	8.815.003,72
DESPESAS DE CAPITAL	14.532.548,31	12.342.443,17	4.603.728,48	10.087.975,27	12.183.287,73
TOTAIS	69.184.524,72	18.027.177,60	5.685.299,10	60.528.111,77	20.998.291,45

Fonte: Siafi2023

Vale destacar que, no que se refere a despesas com pessoal e encargos, apenas Auxílio Funeral e Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso são inscritos, eventualmente, como Restos a Pagar. As demais despesas dessa natureza são sempre custeadas com orçamento do exercício corrente, quando do fechamento da folha de pagamentos.